



INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

02/ JULHO / 2021

STF

CRÉDITO PRESUMIDO E TRIBUTAÇÃO DA SELIC: A PAUTA TRIBUTÁRIA DO STF NO 2º SEMESTRE

Pauta ainda conta com ações sobre Funrural e cassação de registro de tabagistas por inadimplência de tributos
HYNDARA FREITAS

[Leia mais ...](#)

DIREITO TRIBUTÁRIO

CARF TRANSMITIRÁ JULGAMENTOS AO VIVO E EXIGIRÁ JUSTIFICATIVA PARA RETIRADA DE PAUTA

O teto de julgamento de até R\$ 36 milhões está mantido
FERNANDA VALENTE

[Leia mais ...](#)

ARCELORMITTAL CONSEGUE NO CARF DERRUBAR AUTUAÇÃO SOBRE PLR

Cobrança foi anulada com base no novo modelo de desempate de julgamentos
Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

[Leia mais ...](#)

PROCESSO TRIBUTÁRIO NO SÉCULO 21

MODULAÇÃO DE EFEITOS DE DECISÕES TRIBUTÁRIAS

Legitimidade, meio postulatório e momento decisório

CARLOS EDUARDO MAKOUL GASPERIN

FERNANDA DONNABELLA CAMANO DE SOUZA

LIGIA REGINI

[Leia mais ...](#)

ADEUS DO DECANO

STF HOMENAGEIA MARCO AURÉLIO EM SUA ÚLTIMA SESSÃO ANTES DA APOSENTADORIA

Decano é o ministro que mais proferiu decisões na história do Supremo
HYNDARA FREITAS

[Leia mais ...](#)

TUDO DE UMA VEZ

OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR POR LIMINAR REVOGADA PODE INCLUIR DANOS MORAIS, DIZ STJ

Por Danilo Vital

Para privilegiar a reparação integral do lesado e também como medida de economia processual, a obrigação de reparar pelo prejuízo causado por uma decisão liminar que não se confirma pode englobar tanto os danos materiais quanto os danos morais comprovadamente sofridos.

[Leia mais ...](#)

MARCA VISA PODE CONTINUAR A SER USADA EM LATICÍNIO, CONFIRMA SEGUNDA SEÇÃO

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, julgou improcedente ação rescisória ajuizada por Visa International Service Association e Visa do Brasil Empreendimentos Ltda. contra acórdão da Terceira Turma que negou pedido de proteção especial da marca Visa, diante da ausência de declaração que a reconhecesse como de alto renome.

[Leia mais ...](#)

NA RESCISÃO DE PLANO DE SAÚDE COLETIVO, CDC IMPÕE QUE BENEFICIÁRIOS TENHAM ALTERNATIVA PARA MANTER ASSISTÊNCIA

Ao analisar ação de anulação de rescisão de contrato de plano de saúde coletivo empresarial, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a operadora que optar pela não renovação do contrato com a pessoa jurídica a que estão vinculados os beneficiários não tem a obrigação de mantê-los em plano individual ou familiar quando não existir essa opção em sua carteira de serviços.

[Leia mais ...](#)

IMPOSTO DE RENDA SOBRE O VALOR DA CORREÇÃO MONETÁRIA

João Luiz Coelho da Rocha

Recentemente, em marco de 2021, o STF conheceu e julgou o tema da incidência de imposto de renda sobre os juros de mora.

[Leia mais ...](#)

PREFEITURA DE SÃO PAULO VAI PUBLICAR NOVAS DIRETRIZES PARA A FISCALIZAÇÃO

O prefeito da capital, Ricardo Nunes, que participou de encontro com empresários na ACSP, quer que fiscais orientem antes de aplicar multa.

Por Renato Carbonari Ibelli

[Leia mais ...](#)

CONTRIBUENTES RECEBEM AVISO DE AUTOREGULARIZAÇÃO PARA ESTORNO DE R\$ 800 MILHÕES EM CRÉDITOS INDEVIDOS

A Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz) deu início nesta terça-feira (29) à operação Forasteiro II, para desarticular esquema de sonegação baseado na criação de empresas “fantasmas” e na transferência de mais de R\$ 800 milhões em créditos espúrios de ICMS para o Estado de São Paulo. A ação acontece simultaneamente nas 18 Delegacias Regionais Tributárias (DRTs) do Estado de São Paulo e tem como alvo 425 contribuintes. O objetivo é recuperar esses valores do imposto que deixou de ser recolhido aos cofres paulistas desde 2017.

[Leia mais ...](#)

IMPOSTO DE RENDA INCIDE SOBRE PAGAMENTO DE PLANTÕES MÉDICOS, REAFIRMA SEGUNDA TURMA

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve acórdão do Tribunal de Justiça do Amapá (TJPA) que negou a uma médica do serviço público estadual a suspensão do desconto relativo ao Imposto de Renda sobre as verbas recebidas a título de plantões médicos e sobreavisos.

[Leia mais ...](#)

JUSTIÇA AFASTA IMPOSTO DE RENDA SOBRE PLANO VGBL

Pessoa em tratamento por doença grave conseguiu no Judiciário se livrar da incidência

Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

[Leia mais ...](#)

REFORMA ALTERA CSLL E PODE GERAR AUMENTO DE CARGA

Proposta impede ou limita algumas deduções da base de cálculo da contribuição, como royalties

Por Beatriz Olivon e Fabio Graner, Valor — Brasília

[Leia mais ...](#)

PACHECO RETIRA DA PAUTA PROJETO SOBRE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Por Fernando Oliven - Comunicação Fenacon

Proposições legislativas PL 4728/2020

O Senado adiou a votação do , projeto de lei que reabre o prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), além de ajustar prazos e as modalidades de pagamento.

[Leia mais ...](#)

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E COMUNICAÇÕES

CÂMARA APROVA PROJETO SOBRE REGISTRO INTERNACIONAL DE MARCAS

Proposta ajusta a legislação brasileira ao Protocolo de Madri, que permite o depósito e registro de marcas em mais de 100 países

[Leia mais ...](#)

lei 14.181/21

SANCIONADA LEI QUE VISA PREVENIR SUPERENDIVIDAMENTO DE CONSUMIDORES

Nova lei proíbe propagandas de empréstimos do tipo "sem consulta ao SPC" e obriga financeiras a informar o custo total do crédito.

[Leia mais ...](#)

NOVA GESTÃO

ELEIÇÕES DA FIESP TERÃO COMISSÃO DE JURISTAS RENOMADOS

Nesta segunda-feira (5/7), acontecem as eleições da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), para a diretoria, o conselho fiscal e os delegados representantes junto ao Conselho da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A entidade convidou um time de juristas para organizar, fiscalizar e dirigir o pleito.

[Leia mais ...](#)

FATO GERADOR

NÃO INCIDE ISSQN SOBRE DESÁGIO DE ATIVIDADES DE FACTORING, DECIDE JUÍZA

Por José Higídio

A atividade de fomento mercantil, ou factoring, não é fato gerador do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN). Assim, a 5ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo determinou que o tributo não deve incidir sobre o lucro obtido por empresas do ramo na capital paulista em razão do fator de deságio na compra de créditos de terceiros.

[Leia mais ...](#)

CONSULTOR TRIBUTÁRIO

INEXISTÊNCIA DE SIMILAR NACIONAL NÃO GARANTE A OBTENÇÃO DE EX-TARIFÁRIO

Por Igor Mauler Santiago e Carolina Schäffer Ferreira Jorge

A alteração das alíquotas do imposto de importação por ato do Executivo tem sido assegurada pelas sucessivas Constituições brasileiras. Trata-se de exceção à legalidade tributária, voltada a ajustar a tributação aos objetivos traçados para o comércio exterior. O ex-tarifário é um dos instrumentos empregados para esse fim.

A teor do artigo 4º da Lei 3.244/57, "quando não houver produção nacional de matéria-prima e de qualquer produto de base, ou a produção nacional desses bens for insuficiente para atender ao consumo interno, poderá ser concedida isenção ou redução do imposto para a importação total ou complementar".

[Leia mais ...](#)

ADUANA

NOVAS REGRAS PARA ESCRITÓRIOS DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) EM LOCAIS OU RECINTOS ALFANDEGADOS

As novas regras visam melhorias no âmbito da gestão de recursos de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação

[Leia mais ...](#)

ADUANA

INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL TRAZ NOVIDADES SOBRE O CARNÊ ATA

A norma entra em vigor em 1º de agosto de 2021 e será acompanhada de nova versão do Manual do Carnê ATA, atualizado com os procedimentos relativos a regimes aduaneiros.

[Leia mais ...](#)

CADASTRO

RECEITA FEDERAL INSTITUI O CADASTRO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO – CIB

Sistema integrará informações de imóveis urbanos e rurais numa base georreferenciada a partir de julho.

[Leia mais ...](#)

TABELA PARA PARCELAMENTO DOS DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS RECEBE CAMPO PARA INCLUSÃO DOS DÉBITOS SAT/RAT

A coluna acrescentada é relativa às contribuições para seguro acidente do trabalho e risco ambiental do trabalho (SAT/RAT), que são os custos dos benefícios previdenciários decorrentes da ocorrência de acidentes de trabalho.

[Leia mais ...](#)

OPERAÇÃO OUTLET

RECEITA FEDERAL DESMONTA ESQUEMA FRAUDULENTO DE ENCOMENDAS INTERNACIONAIS ENVIADAS AO PAÍS COMO BAGAGEM DESACOMPANHADA

350 toneladas de mercadorias foram retidas para verificação. Valor estimado dos produtos pode ultrapassar R\$ 25 milhões

[Leia mais ...](#)

COMISSÃO APROVA PRORROGAÇÃO DE INCENTIVO À NAVEGAÇÃO DE CARGA NO NORTE E NO NORDESTE

O texto aprovado também prorroga, de 2020 para 2025, o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto)

[Leia mais ...](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui](#).